

Dirigentes cristãos querem "moralização"

por Waldoar Teixeira
de Porto Alegre

"O Brasil atravessa uma crise de moral de proporções tão gigantescas que tememos até por nosso futuro como Estado." A frase pode encerrar um exagero, mas é com esta idéia do momento nacional que o presidente da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE), José Antônio Celia, deu início ontem, em Porto Alegre, a uma espécie de "cruzada pela ética". Trata-se de um movimento de "moralização da vida política e econômica do País, nas áreas pública e privada", que tem como principal instrumento a distribuição de um documento impresso, com as principais conclusões do IX Congresso Nacional da ADCE, realizado de 4 a 7 de junho, em Salvador.

O alvo principal da campanha — que inclui uma audiência com o presidente José Sarney, ainda neste mês, e a inauguração de uma regional da ADCE com ato público, em Brasília, em agosto — é a Assembléia Nacional Constituinte, onde os dirigentes cristãos de empresa têm como representante o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, Luiz Roberto de Andrade Ponte. Com a divulgação do documento que começou a ser distribuído ontem (tiragem inicial de 25 mil exemplares) e contatos com lideranças dos diversos segmentos sociais e com os poderes públicos, a ADCE pretende bombardear o projeto de constituição elaborado pela Comissão de Sistematização da Constituinte.

"O documento é da pior qualidade possível, um monstro sem noção de conjunto que revela somente o que há de ruim na atual

sociedade brasileira", critica o presidente da entidade. "É o retrato da atual crise de moral que o País atravessa e que se reflete de forma alarmante na ordem política e econômica. A própria sustentação ao governo se dá de forma totalmente antiética, em troca de favores a políticos que não atuam em função de idéias ou doutrinas, resalta ele.

No documento que estão distribuindo — a 'Carta de Salvador' — os dirigentes cristãos denunciam que "monopólios, cartéis e oligopólios, o desrespeito às leis de proteção ao trabalhador e a estatização persistem como forma de abuso do poder econômico"; que "os poderes públicos mantêm postura autônoma em relação à vontade da Nação, mais interessados no conteúdo do poder do que no sentido público do seu exercício, persistindo o empreguismo, o mau uso dos recursos sociais, a utilização personalista dos fundos especiais (...)"; que "a sociedade, em visível processo de deterioração de valores morais, convive passivamente com a usura, práticas fraudulentas, corrupção, publicidade perniciosas, suborno e outros comportamentos que aviltam moralmente a Nação".

Em vista disso, defendem preceitos constitucionais que limitem a participação e a ingerência do Estado na economia; maior participação e controle da sociedade sobre os investimentos e ações do governo, assim como sobre a vida do sistema empresarial; que sejam definidos como inafiançáveis todos os crimes contra a economia popular, abuso do poder econômico e corrupção pública. E também que seja reestruturado e viabilizado o Poder Judiciário.